

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 27110116/2025 - SDE.NAD

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 **Objeto da contratação:** Credenciamento de instituições para operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville.

1.2 **Prazo de execução:** A presente contratação será um serviço contínuo, pelo que a execução será de 12 (doze) meses, prorrogáveis, observados o artigo 107 da Lei 14.133/2021.

1.3 **Prazo de vigência:** O prazo de vigência será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.4 O edital de credenciamento ficará aberto por **prazo indeterminado**.

1.5 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.6 **Critérios de distribuição da demanda:**

1.6.1 Nos termos do art. 79 da Lei 14.133/21 bem como do art. 9º do Decreto nº 11.878/2024, a Administração Pública poderá estabelecer critérios objetivos para a distribuição da demanda entre os credenciados, assegurando tratamento isonômico e garantindo a eficiência da execução contratual.

1.6.2 No âmbito do Programa Juro Zero de Joinville, a distribuição da demanda observará os seguintes parâmetros:

1.6.2.1 **Livre escolha do beneficiário:** O interessado poderá optar, no momento da solicitação do crédito, por qualquer instituição credenciada, considerando a conveniência e as condições de atendimento que melhor se adequem à suas necessidades. Essa prerrogativa promove a concorrência saudável entre os credenciados, ainda que não se trate de disputa licitatória tradicional.

1.6.2.2 **Ordem cronológica de atendimento:** Respeitada a livre escolha do beneficiário, cada instituição deverá atender as solicitações na ordem de entrada, evitando discriminação indevida e assegurando que todos os pedidos sejam processados de forma equitativa.

1.7 Esses critérios asseguram isonomia, transparência e eficiência na execução do Programa Juro Zero de Joinville, permitindo que o credenciamento atenda de forma equitativa e eficaz a todos os beneficiários, com plena observância à legislação vigente e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.8 O presente processo não visa o credenciamento de um número determinado de instituições, desta forma não há definição de quantitativos necessários. O credenciamento poderá ser solicitado/realizado por uma ou por mais instituições.

1.9 Contudo, com base no histórico de contratação do programa de microcrédito anterior, o valor estimado de contratação pode alcançar até 669 contratos ativos de MEIs no valor máximo de contratação individual de R\$ 6.000,00 e outros 165 contratos ativos de Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP no valor máximo individual de R\$ 12.000,00, simultaneamente.

1.10 A contratação tem como valor estimado o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referente ao custeio das duas últimas parcelas das operações de crédito, correspondentes exclusivamente aos juros remuneratórios, concedidas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville.

1.11 Para a definição dessa importância, foi considerada a experiência anterior obtida no Processo de Credenciamento SEI 23.0.083292-0, que serviu como parâmetro para a estimativa de recursos necessários à execução do programa em condições semelhantes.

1.12 De igual modo, foi levado em conta o quantitativo de operações e os valores médios dos créditos concedidos aos beneficiários no âmbito do programa municipal de retomada econômica, observando-se a demanda efetiva registrada e o impacto orçamentário associado ao custeio de parcelas finais desses financiamentos.

1.13 A projeção também considerou a expectativa de adesão ao programa no exercício de 2026, estimando-se o número de operações a partir da capacidade operacional das instituições credenciadas, do histórico de demanda por crédito no município e da ampliação do público potencial com a implementação das novas diretrizes do Decreto regulamentador.

1.14 Ressalta-se que o valor estimado contempla unicamente o subsídio municipal previsto em lei e não inclui quaisquer outras despesas relacionadas à gestão do programa, uma vez que os custos operacionais e administrativos serão integralmente arcados pelas instituições credenciadas, conforme disposto no Decreto Municipal nº 68.796/2025.

1.15 A estimativa aqui apresentada visa garantir que o orçamento alocado seja suficiente para atender à demanda projetada, sem comprometer a execução de outras ações estratégicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, assegurando a efetividade da política pública e o alcance de seus objetivos de fomento ao empreendedorismo, geração de emprego e fortalecimento da economia local.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE, no exercício de suas atribuições institucionais, é responsável por planejar, executar e articular políticas públicas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios, ao incentivo ao empreendedorismo e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável no município de Joinville.

2.2 Nesse contexto, o Programa Juro Zero de Joinville, instituído pela Lei Municipal nº 9.908/2025 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 68.796/2025, configura-se como uma política pública estratégica voltada à ampliação do acesso ao crédito produtivo orientado para microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) formalizadas e registradas no município. O programa tem como objetivos centrais fomentar a formalização de negócios, estimular a geração de emprego e renda, promover a inclusão social e fortalecer a economia local.

2.3 A dificuldade de acesso a crédito por MEIs EPPs e MEs no município de Joinville é o principal problema a ser resolvido. Essa limitação de crédito impede o crescimento e a formalização de negócios informais, impactando diretamente a geração de emprego e renda local.

2.4 Atualmente, o cenário demonstra um crescimento significativo no número de empresas em Joinville, especialmente MEIs. Em 2021, a cidade contava com aproximadamente 66.000 empresas (30.000 MEIs e 36.000 de outras naturezas jurídicas). Ao final de 2024 esse número subiu para cerca de 107.000 empresas (60.000 MEIs e 47.000 de outras naturezas jurídicas). Apesar desse crescimento, os MEIs, em particular, enfrentam limitações de crédito devido ao seu faturamento máximo anual de R\$ 81.000,00, o que dificulta a obtenção de crédito junto a instituições financeiras tradicionais. O programa anterior, Programa de Retomada Econômica, operacionalizado entre junho de 2022 e dezembro de 2023, demonstrou a importância do apoio financeiro, injetando mais de R\$ 7,8 milhões na economia local e custeando R\$ 1,4 milhão em juros para 1.112 empreendedores. No entanto, este programa foi substituído pela proposta atual.

2.5 Os recursos públicos devem ser gastos com a solução desse problema para fortalecer a economia local através do apoio ao micro e pequeno empreendedor. O Programa Juro Zero de Joinville visa possibilitar o acesso a crédito sem juros, fomentar o desenvolvimento de negócios locais, estimular o empreendedorismo e, consequentemente, alavancar a geração de emprego e renda no município. A experiência do programa anterior já demonstrou um retorno significativo para a economia local.

2.6 A concessão de microcrédito no âmbito do programa será realizada por meio do credenciamento de instituições financeiras, cooperativas de crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte - SCMEPP, que possuam capacidade técnica, autorização legal e experiência na operacionalização de linhas de microcrédito produtivo orientado.

2.7 O município, por força de limitações técnicas, operacionais e legais, não pode conceder diretamente o crédito, razão pela qual a execução do programa dependerá da contratação dessas instituições especializadas, que atuarão de acordo com os critérios e condições definidos na legislação e no regulamento do programa.

2.8 O modelo operacional prevê a concessão de crédito com taxa de juros remuneratórios limitada ao percentual estabelecido no decreto regulamentador, com prazo máximo de 12 (doze) parcelas, sendo as duas últimas custeadas pelo Município, desde que as dez primeiras sejam quitadas integralmente e dentro do prazo. Essa sistemática busca estimular a adimplência, reduzir o custo final para o beneficiário e incentivar o uso responsável do crédito.

2.9 A não resolução do problema de acesso ao crédito acarretará consequências relevantes e negativas para o desenvolvimento econômico e social de Joinville. A expansão do número de empresas, especialmente dos microempreendedores individuais - MEIs, será limitada e a dificuldade de formalização de negócios informais permanecerá como um entrave recorrente. Esse cenário implicará menor geração de emprego e renda, enfraquecimento do empreendedorismo local e frustração do objetivo central de fortalecer a economia do município.

2.10 Para a Administração Municipal, a incapacidade de oferecer um apoio financeiro efetivo poderá resultar no descumprimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, comprometendo a credibilidade institucional e reduzindo a eficácia das ações governamentais voltadas ao fomento da atividade empresarial.

2.11 Insta salientar que as instituições credenciadas serão responsáveis por realizar atendimento personalizado aos beneficiários, levantamento socioeconômico, análise da viabilidade e definição do valor do crédito, acompanhamento da aplicação dos recursos exclusivamente no município de Joinville, bem como pelo envio periódico de relatórios à SDE contendo informações sobre contratos, termos de adesão, valores liberados, taxas de juros aplicadas, datas de pagamento e situação de adimplência.

2.12 O programa também contempla mecanismos para garantir que a segunda operação de crédito, quando solicitada, somente seja liberada mediante comprovação documental da aplicação dos recursos da primeira operação em atividades produtivas no município. Além disso, prevê que a responsabilidade pelo risco de inadimplência e pelo custeio de toda a operação seja integralmente assumida pela instituição credenciada, sem qualquer aval, garantia ou cobertura por parte do município.

2.13 Assim, a contratação pretendida é essencial para viabilizar a execução do Programa Juro Zero de Joinville, permitindo que ele seja implementado com segurança jurídica, eficiência administrativa e impacto social positivo, atendendo aos objetivos estratégicos da SDE e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social de Joinville.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP 26386936, a melhor solução encontrada para atendimento ao interesse público envolvido é o credenciamento de instituições para operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 O apoio do Município consistirá no pagamento das duas últimas parcelas da operação de crédito, correspondentes exclusivamente aos juros remuneratórios, desde que o beneficiário cumpra integralmente as condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar bem como nas normas do Programa.

4.1.2 Poderão acessar as operações de crédito do Programa Juro Zero de Joinville as pessoas jurídicas regularmente registradas e estabelecidas no Município de Joinville, enquadradas como MEI, ME ou EPP.

4.1.3 O empreendedor interessado em aderir ao Programa Juro Zero de Joinville deverá procurar diretamente uma das empresas credenciadas, por seus próprios canais de atendimento, que lhe prestará o devido atendimento.

4.1.4 No primeiro atendimento do empreendedor, a instituição credenciada deverá:

4.1.4.1 Realizar levantamento socioeconômico do empreendedor, identificando características, dificuldades e oportunidades.

4.1.4.2 Analisar a viabilidade e a necessidade da operação de crédito, orientando quanto ao valor adequado.

4.1.4.3 Apoiar o empreendedor por meio de ações complementares de educação financeira e fiscal e de prevenção ao superendividamento.

4.1.4.4 Orientar sobre gestão de negócios.

4.1.4.5 Prestar informações claras sobre a utilização dos recursos e responsabilidades assumidas.

4.1.5 O critério de classificação dos beneficiários será por ordem cronológica de atendimento, devendo a instituição suspender a concessão de novas operações de crédito quando for atingido o limite definido pelo Município.

4.1.6 As comunicações e esclarecimentos de dúvidas por parte do tomador do crédito deverão ser feitos exclusivamente por intermédio da instituição credenciada.

4.1.7 O Município poderá contatar os beneficiários para fins de fiscalização e auditoria do Programa.

4.1.8 Os documentos necessários serão solicitados pela instituição credenciada escolhida pelo empreendedor para a obtenção do crédito.

4.1.9 Os empreendedores, por intermédio do Termo de Adesão ao Programa Juro Zero de Joinville, serão responsabilizados cível e criminalmente pela veracidade das informações pessoais e negociais vinculadas aos legítimos fins da presente política pública.

4.1.10 As operações de crédito do programa estarão sujeitas às seguintes condições:

4.1.10.1 Duas operações de crédito, não simultâneas, mesmo que em instituições de crédito distintas, cada uma de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para Microempreendedores Individuais (MEI) e de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.1.10.2 Somente terá acesso à segunda operação de crédito a empresa que apresentar comprovação da utilização do valor tomado na primeira operação dentro do Município de Joinville, por meio de notas fiscais.

4.1.10.3 Os créditos serão divididos em 12 (doze) parcelas, sendo as 02 (duas) últimas parcelas pagas pelo Município de Joinville, desde que as 10 (dez) parcelas iniciais tenham sido quitadas até a data de vencimento da 10ª (décima) parcela.

4.1.10.4 O valor total contratado será liberado em uma única parcela.

4.1.11 Não haverá interferência ou participação do Município, a qualquer título, nos procedimentos privados de avaliação de risco de crédito dos potenciais tomadores.

4.1.12 A decisão final quanto à concessão do crédito caberá exclusivamente às instituições credenciadas, ficando a cargo das mesmas a avaliação de riscos, necessidade, viabilidade econômica e capacidade de pagamento do empreendedor.

4.1.13 Compete à instituição credenciada garantir que o tomador não possua outra operação dentro deste programa, seja na mesma instituição ou em instituição credenciada distinta, atendendo ao Art. 4º, inciso I, do Decreto nº 68.796/2025, que limita a 02 (duas) a quantidade máxima de operações, não simultâneas, para cada empreendedor.

4.1.14 O risco de inadimplência será integralmente assumido pela instituição credenciada.

4.1.15 Cumpridas pelo empreendedor as condições do Programa Juro Zero de Joinville, caberá à instituição credenciada suportar o valor correspondente aos juros remuneratórios, caso deixe de cumprir condição de sua responsabilidade que acarrete a desqualificação da operação.

4.1.16 Não existirá tolerância quanto ao não pagamento, pelo empreendedor, de nenhuma das 10 (dez) parcelas iniciais, após a data de vencimento da 10ª (décima) parcela, fato este que resultará na perda imediata do benefício do Programa Juro Zero de Joinville, ficando o tomador responsável pelo pagamento de todas as parcelas da operação de crédito.

4.1.17 A taxa de juros aplicável no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville será de, no máximo, 2,92287% (dois inteiros, noventa e dois mil duzentos e oitenta e sete décimos de milésimo por cento) ao mês, nos moldes das tabelas 1 e 2 abaixo exemplificadas, e sendo vedada a incidência de quaisquer outros valores adicionais não previstos no regulamento do Programa:

TABELA 01: OPERAÇÃO NO VALOR DE R\$ 6.000,00

#	Parcelas	Amortizações	Juros	Saldo Devedor
1	600,00	424,63	175,37	5.575,37
2	600,00	437,04	162,96	5.138,33
3	600,00	449,81	150,19	4.688,52
4	600,00	462,96	137,04	4.225,56
5	600,00	476,49	123,51	3.749,07
6	600,00	490,42	109,58	3.258,65
7	600,00	504,75	95,25	2.753,89
8	600,00	519,51	80,49	2.234,39
9	600,00	534,69	65,31	1.699,69
10	600,00	550,32	49,68	1.149,37
11	600,00	566,41	33,59	582,97
12	600,00	582,96	17,04	0,01
TOTAL	7.200,00	5.999,99	1.200,01	

TABELA 02: OPERAÇÃO NO VALOR DE R\$ 12.000,00

#	Parcelas	Amortizações	Juros	Saldo Devedor
1	1.200,00	849,26	350,74	11.150,74
2	1.200,00	874,08	325,92	10.276,67
3	1.200,00	899,63	300,37	9.377,04
4	1.200,00	925,92	274,08	8.451,12
5	1.200,00	952,98	247,02	7.498,13
6	1.200,00	980,84	219,16	6.517,29
7	1.200,00	1.009,51	190,49	5.507,79
8	1.200,00	1.039,01	160,99	4.468,77
9	1.200,00	1.069,38	130,62	3.399,39
10	1.200,00	1.100,64	99,36	2.298,75
11	1.200,00	1.132,81	67,19	1.165,94
12	1.200,00	1.165,92	34,08	0,02
TOTAL	14.400,00	11.999,98	2.400,02	

4.1.18 Os recursos do Programa Juro Zero de Joinville não poderão ser utilizados para o pagamento de multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários à agentes financeiros, independente do motivo.

4.1.18.1 A Administração Municipal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE, poderá realizar fiscalização periódica por amostragem sobre as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville, além da análise documental já prevista nos relatórios encaminhados pelas instituições credenciadas.

4.1.18.2 Para a efetiva fiscalização, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de forma amostral e rotativa, deverá:

4.1.18.2.1 Selecionar contratos de microcrédito para verificação da conformidade das informações prestadas.

4.1.18.2.2 Solicitar diretamente aos beneficiários a apresentação de documentos comprobatórios da utilização dos recursos, bem como esclarecimentos adicionais.

4.1.18.2.3 Confrontar as informações constantes dos relatórios encaminhados pelas instituições credenciadas com os dados obtidos em fiscalização direta.

4.1.18.3 O beneficiário do Programa Juro Zero de Joinville é responsável pela veracidade das informações prestadas. Assim, em caso de identificação de má-fé, falsidade documental ou descumprimento das condições pactuadas, o Município poderá:

4.1.18.3.1 Excluir o beneficiário do Programa.

4.1.18.3.2 Comunicar a instituição credenciada para adoção das providências cabíveis quanto ao contrato.

4.1.18.3.3 Acionar as instâncias competentes para responsabilização cível e criminal do beneficiário.

4.1.19 Não poderão ser habilitadas ao Programa Juro Zero de Joinville as operações de crédito:

4.1.19.1 Inadimplidas ou em inadimplemento.

4.1.19.2 Renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem.

4.1.19.3 Que prevejam a incidência de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

4.1.20 Somente poderão ser credenciadas entidades que estejam devidamente registradas junto ao Banco Central (BACEN) e/ou apresentarem certificado válido de habilitação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO).

4.1.21 As instituições credenciadas deverão possuir sede, filial, agência, sucursal, escritório, estabelecimento, agente ou representante no Município de Joinville.

4.1.22 O atendimento aos empreendedores poderá ser realizado presencialmente ou por meio digital, a critério do interessado.

4.1.23 As instituições credenciadas a operar o Programa Juro Zero de Joinville, dentre outras atribuições, deverão:

4.1.23.1 Assumir integral responsabilidade pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste contrato, inclusive as decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais.

4.1.23.2 Ressarcir o valor dos juros remuneratórios ao erário em virtude de desenquadramento ou desqualificação apurada por verificação posterior de operação que tenha sido subsidiada.

4.1.23.3 Guardar e zelar pela conservação dos documentos comprobatórios das operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da liquidação da operação.

4.1.23.4 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do Programa ou de seus prepostos.

4.1.23.5 Arcar com todas as despesas necessárias à operacionalização do programa, tais como custos administrativos, financeiros, de pessoal, logísticos, de infraestrutura, materiais de expediente, entre outros.

4.1.24 Para fins de acompanhamento e fiscalização, a instituição credenciada deverá encaminhar mensalmente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente:

4.1.24.1 Cópia de cada contrato de abertura de crédito aprovado.

4.1.24.2 Cópia do Termo de Adesão firmado pelo beneficiário.

4.1.24.3 Sempre que requisitado ou mensalmente, planilha contendo dados dos contratos (nome, enquadramento, CPF/CNPJ, número e data do contrato, valor concedido, taxa de juros, valor e vencimento da parcela e situação do benefício).

4.1.24.4 Declaração de que realizou atendimento personalizado e levantamento socioeconômico dos beneficiários cujos contratos atingiram a 10ª parcela, conforme disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 3º, do Decreto nº 68.796/2025.

4.1.24.5 Em uma segunda tomada de crédito, declaração comprovando o cumprimento da condição prevista no inciso II do art. 4º do Decreto nº 68.796/2025.

4.1.25 Em caso de inadimplência do beneficiário, após o vencimento da 10ª (décima) parcela, a instituição credenciada excluirá o(s) beneficiário(s) da lista mensal de cobrança e comunicará imediatamente seu(s) nome(s) ao Município de Joinville.

4.1.26 O pagamento pelo Município das parcelas número 11 e 12 se dará mediante apresentação da prestação de contas das operações de crédito realizadas, por meio dos documentos listados no item 4.1.24 e seguintes, incluindo o extrato da operação.

4.1.27 Confirmada a inadimplência a que se refere o item 4.1.25, extingue-se a obrigação municipal relativa às parcelas correspondentes aos juros remuneratórios.

4.1.28 As operações de crédito realizadas no âmbito do Programa não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do Município.

4.1.29 Não estão incluídos no Programa o pagamento de multas ou encargos moratórios por atraso nos pagamentos das parcelas.

4.1.30 As pessoas jurídicas interessadas na contratação das operações de crédito poderão optar por qualquer uma das empresas credenciadas sob esse Termo de Credenciamento.

4.2 Sustentabilidade:

4.2.1 Quando cabível, as empresas credenciadas deverão realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

4.3 Subcontratação:

4.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.4 Garantia da contratação:

4.4.1 Os serviços deverão ter garantia legal por parte das empresas credenciadas, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

4.5 Vistoria:

4.5.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.6 Equipe Mínima:

4.6.1 As empresas credenciadas deverão dispor de equipe suficiente para execução dos serviços.

4.7 Visita técnica:

4.7.1 Considerando o objeto da presente contratação, não há necessidade de visita técnica.

4.8 Documentação compulsória para contratação:

4.8.1 A credenciada deverá ser instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central (BACEN), ou OSCIP de microcrédito devidamente certificada pelo Ministério da Justiça.

4.8.2 No caso da credenciada se enquadrar como OSCIP de microcrédito, deverá apresentar Certificado de Habilitação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) válido.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto dar-se-á por meio de credenciamento de instituições interessadas e habilitadas, nos termos da Lei Municipal 9.908/2025, do Decreto Municipal nº 68.796/2025, do art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.878/2024, permitindo a contratação simultânea de múltiplos executantes para a operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville.

5.2 As instituições credenciadas poderão ser instituições financeiras, cooperativas de crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), aptas a conceder microcrédito produtivo orientado aos beneficiários do programa, conforme condições legais e regulamentares.

5.3 O modelo de execução observará as seguintes etapas:

5.3.1 Credenciamento e habilitação:

5.3.1.1 Publicação de edital de chamamento para credenciamento, com prazo aberto para a inscrição de interessados que atendam aos requisitos técnicos, jurídicos e fiscais.

5.3.1.2 Análise e habilitação das instituições que comprovarem atendimento integral às exigências do edital e da legislação vigente.

5.3.2 Atendimento ao beneficiário:

5.3.2.1 As instituições credenciadas realizarão atendimento personalizado aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte formalizadas no município.

5.3.2.2 Durante o atendimento, será efetuado o levantamento socioeconômico, a análise de viabilidade e a definição do valor e das condições do crédito, respeitando os limites e prazos estabelecidos no Decreto nº 68.796/2025.

5.3.3 Concessão e acompanhamento de crédito:

5.3.3.1 Liberação dos valores ao beneficiário em parcela única, com prazo de pagamento de até 12 (doze) parcelas e taxa de juros remuneratórios limitada ao percentual fixado pelo Decreto nº 68.796/2025.

5.3.3.2 As duas últimas parcelas serão custeadas pelo Município, desde que as dez primeiras tenham sido quitadas pontualmente pelo beneficiário.

5.3.3.3 Monitoramento contínuo da aplicação dos recursos, que deverão ser utilizados exclusivamente em atividades produtivas dentro do município de Joinville.

5.3.4 Relatórios e comprovações:

5.3.4.1 Envio mensal ou quando solicitado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE de planilha consolidada contendo dados das operações contratadas, valores liberados, situação de adimplência, comprovação de aplicação dos recursos e demais informações exigidas pelo Decreto.

5.3.5 Gestão e responsabilidades:

5.3.5.1 O risco de inadimplência será integralmente assumido pelas instituições credenciadas, não cabendo ao Município qualquer obrigação de aval, garantia ou cobertura por parte do município.

5.3.5.2 As instituições credenciadas custearão integralmente as despesas administrativas, operacionais e trabalhistas relacionadas à execução do programa, não havendo qualquer repasse adicional de recursos públicos além do subsídio legalmente previsto.

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Gestão da contratação

6.1.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão.

6.1.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, será nomeada em até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Contrato.

6.1.2 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento.

6.1.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.5 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2 Gestor do Contrato

6.2.1 A gestão do Contrato será realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação - SDE, sendo, também, responsável pela fiscalização do contrato.

6.3 Obrigações da Contratada específicas do objeto

6.3.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço.

6.3.2 A CONTRATADA terá responsabilidade exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.

6.3.3 Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

6.3.4 Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

6.3.5 Assumir integral responsabilidade por qualquer danos decorrentes do serviço, inclusive perante terceiros.

6.3.6 Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

6.3.7 Cumprir com a legislação ambiental aplicável à prestação do serviço.

6.4 Obrigações da Contratante específicas do objeto

6.4.1 Acompanhar e supervisionar a execução deste contrato, de acordo com a Lei, o Decreto e Termo de Referência do Programa Juro Zero de Joinville.

6.4.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência.

6.4.3 Notificar a(s) empresa(s) CONTRATADA(S) quanto a qualquer irregularidade encontrada.

6.4.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CONTRATADA(S), quando necessário.

6.4.5 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) realizado pela(s) CONTRATADA(S).

6.4.6 Efetuar repasse à instituição credenciada do valor equivalente aos juros remuneratórios dos contratos que cumprirem todas as condições do Programa Juro Zero de Joinville.

6.4.7 Dirimir dúvidas e prestar o apoio necessário à(s) empresa(s) credenciada(s) para o alcance do objeto deste contrato em toda sua extensão.

6.4.8 Comunicar a suspensão das contratações no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville bem como o encerramento do Programa.

6.4.9 Após a quitação das parcelas de responsabilidade dos microempresários e microempreendedores individuais, contatar ao menos 10% (dez por cento) destes para avaliação da qualidade e do desempenho apresentado pela instituição de crédito e interceder junto à esta caso seja julgado necessário pela comissão de fiscalização.

6.5 Das sanções

6.5.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021.

6.6 Do Descredenciamento

6.6.1 A Contratante poderá, garantindo a ampla defesa, realizar o descredenciamento quando houver:

6.6.1.1 Pedido formalizado pelo credenciado.

6.6.1.2 Perda das condições de habilitação do credenciado.

6.6.1.3 Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado.

6.6.1.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade

superveniente ao credenciamento.

6.6.2 O pedido de descredenciamento de que trata o item 6.6.1.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

6.6.3 Nas hipóteses previstas nos itens 6.6.1.2 e 6.6.1.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.6.4 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.6.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular, conforme estabelece o art. 23, § 4º do Decreto nº 11.878/2024.

6.6.6 Este credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento à critério de conveniência e oportunidade da Credenciante, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público.

6.6.7 Na hipótese do item 6.6.1.1, a Credenciada deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, mas garantindo-se a prestação de todos os serviços até a data da revogação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento das 2 últimas parcelas do empréstimo contratado será realizado desde que todas as parcelas, incluindo eventuais juros, multas e demais encargos decorrentes dos atrasos, estejam regularmente quitados até a data do vencimento da décima parcela.

7.2 O pagamento pelo Município das parcelas número 11 e 12 se dará mediante apresentação da prestação de contas das operações de crédito realizadas, por meio dos documentos listados no item 4.1.24 e seguintes, incluindo o extrato da operação.

7.3 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.4 De forma a regulamentar as condições de medição e recebimento dos serviços contratados para efetivação do pagamento, as credenciadas deverão apresentar o Relatório de Medição/comprovação, da quitação das 10 primeiras parcelas do empréstimo, sendo que a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização procederá com a devida conferência.

7.5 O método de avaliação e conformidade dos serviços prestados deverão observar os padrões mínimos de qualidade e desempenho do item 6.4.9.

7.6 Faculta à Administração Pública do Termo de Credenciamento informar sobre suspensões de fornecimento de empréstimos por parte das empresas credenciadas quando identificado, previamente, volumes de transações que possam extrapolar o orçamento previsto no item 1.9.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Por força impositiva, nos termos do art. 6º do Decreto nº 68.796/2025 que regulamenta a Lei nº 9.908/2025, que institui o Programa Juro Zero de Joinville, visando estabelecer regras claras e objetivas quanto ao seu acesso e operacionalização, o Edital público será de Credenciamento, em que o Município definirá os deveres e as obrigações das partes relativos à operacionalização do Programa Juro Zero de Joinville e credenciará entidades especializadas que se inscreverem e atenderem aos quesitos de seleção do programa.

8.2 Ademais, nos termos do artigo 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133 de 2021, o credenciamento configura "*processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados*".

8.3 Diferentemente das demais hipóteses de inexigibilidade, em que há somente um prestador apto a prestar o serviço que compõe o objeto a ser contratado, adota-se o credenciamento quando a Administração pretende contratar com o maior número possível de interessados ou cujas condições de contratação inviabilizem a seleção de um agente específico.

8.4 Ainda, estabelece o inciso II do Art. 79 da Lei 14.133/2021 que:

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
[...]*

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; [...].

8.5 A escolha dos fornecedores executantes decorre diretamente da natureza da contratação, que se dará por credenciamento, nos termos do art. 6º do Decreto nº 68.796/2025, permitindo que todas as instituições que preencham os requisitos estabelecidos no edital sejam habilitadas a executar o objeto.

8.6 No caso do Programa Juro Zero de Joinville, as instituições credenciadas poderão ser instituições financeiras, cooperativas de crédito, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP ou Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), desde que possuam:

8.6.1 Autorização legal para a concessão de microcrédito produtivo orientado, nos termos da legislação vigente e regulamentações do Banco Central do Brasil.

8.6.2 Capacidade técnica e operacional para análise, concessão, acompanhamento e gestão de operações de crédito.

8.6.3 Estrutura administrativa, tecnológica e de atendimento capaz de garantir a execução do programa de acordo com as diretrizes da Lei Municipal nº 9.908/2025 e do Decreto Municipal nº 68.796/2025.

8.7 A opção por esse modelo decorre da necessidade de garantir:

8.7.1 Abrangência territorial, permitindo que diferentes instituições atuem em diversas regiões do município.

8.7.2 Competência técnica diversificada, aproveitando a expertise de múltiplos agentes no setor de crédito.

8.7.3 Atendimento personalizado, conforme as características e demandas de cada beneficiário.

8.7.4 Capacidade de resposta imediata, sem a limitação de depender de um único prestador para atender toda a demanda.

8.8 O credenciamento assegura que o serviço será prestado de forma contínua e simultânea por mais de um executante, atendendo ao princípio da eficiência e ampliando a competitividade entre os credenciados, ainda que não se trate de disputa licitatória tradicional. Além disso, o modelo proporciona maior liberdade de escolha ao beneficiário, que poderá optar por qualquer instituição credenciada para acessar o crédito, promovendo um ambiente de pluralidade e garantindo que a política pública alcance todo o público-alvo do programa.

8.9 Ante o exposto, a escolha dos fornecedores executantes está diretamente vinculada ao objetivo de ampliar o alcance, a eficiência e a efetividade do Programa Juro Zero de Joinville, utilizando-se de um modelo jurídico que assegura isonomia, transparência e qualidade na prestação do serviço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referente ao custeio das duas últimas parcelas das operações de crédito, correspondentes exclusivamente aos juros remuneratórios, concedidas no âmbito do Programa Juro Zero de Joinville.

9.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Credenciamento" que fará parte do presente processo.

10.3 A presente contratação está prevista no PPA - Plano Plurianual 2026-2029 SEI nº 25.0.110179-5 do Município de Joinville.

10.4 A presente contratação está prevista na LOA 2025 SEI 25.0.160111-9 do Município de Joinville.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 Considerando que as assinaturas dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) da(s) empresa(s) interessada(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) no credenciamento poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Oldemar Nunes Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 10/10/2025, às 09:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magnoli Luchezi Pinheiro, Gerente**, em 10/10/2025, às 09:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Cristina Kalef, Diretor (a) Executivo (a)**, em 10/10/2025, às 17:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ayrton de Carvalho Junior, Gerente**, em 13/10/2025, às 14:14, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27110116** e o código CRC **7712B934**.

Rua Max Colin, 550 - Bairro América - CEP 89204-040 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.192904-1

27110116v2